

Governo defende mensalidades livres

O governo quer eliminar as mensalidades escolares de suas preocupações, deixando pais e escolas tratarem livremente do assunto. É o que afirma o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Bolívar Moura Rocha. Na sua opinião, e há outras pessoas que defendem o mesmo no governo, não é necessária nenhuma lei sobre o assunto.

“A saída é a livre negociação, que pode levar até à queda dos preços”, defende o secretário. Segundo ele, está começando a ocorrer com as mensalidades o que houve com os aluguéis. Primeiro, elevação do preço acima da inflação. Depois acomodação e, em seguida, queda.

A postura do governo diante dos preços das escolas já é bastante diferente daquela da gestão Itamar Franco. Em 1994, as medidas provisórias sobre o tema eram divulgadas pelo Palácio do Planalto e o ministro da Educação, Murílio Hingel, se envolvia diretamente nas discussões entre pais e escolas.

A MP daquela época continuava sendo reeditada mensalmente. Mas o texto é bem mais ameno. Antes, as escolas tinham regras para fixar os preços no início de cada ano. Agora é possível fixar qual-

Jorge Cardoso



Janderson, Julianna e Sabrina: comemorando a mudança para escola pública

quer preço 45 dias antes da matrícula. Se houver reclamação ao Procon, a escola poderá ter que justificar o aumento na mensalidade com base em seus custos ou de seus investimentos. Mas, na prática, não é difícil conseguir explicar aumentos de 10%. E com aumentos maiores que isso, a escola tende a perder alunos e ter prejuízo.

Para eliminar as regras, basta o

governo deixar de reeditar a MP. Os parlamentares não parecem interessados em transformar o texto em lei. A MP, que vai completar quatro anos, ainda não tem projeto de conversão, a substituição que o Congresso propõe ao que o governo ofereceu.

O deputado Paes Landim (PFL-PI), incumbido da tarefa desde a primeira MP, não se vê na obriga-

ção de fazer isso. “A comissão que analisa a MP não se reúne desde outubro. Para que eu vou tratar disso?”, indaga.

Não é consenso, porém, dentro do governo, a idéia de que as regras sobre mensalidades são supérfluas. O diretor do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Nelson Lins de Albuquerque, considera cedo para isso. “A MP determina que as escolas não podem reter documentos de alunos ou impedir que eles façam provas porque as mensalidades não estão em dia”, disse.

O Código de Defesa do Consumidor dá essas mesmas garantias ao dizer que ninguém pode ser submetido a constrangimento por inadimplência. Mas a redundância da MP tem sido útil por ora, segundo Albuquerque.

A melhoria de qualidade do ensino público pode também eliminar outro constrangimento, o de se transferir de uma escola particular para uma pública. Janderson Kroner, Julianna Moura e Sabrina Guedes, colegas na 7ª série do Caseb, na Asa Sul, estão estreando na escola pública. Depois de duas semanas de aula, comemoram a mudança. (PSP)